

## Avaliação da Conformidade



### Aula 6

Realização



Apoio



# Sumário

<b>6ª aula</b>	<b>4</b>
A. Objetivos da aula.....	5
B. Procedimentos de Avaliação da Conformidade e o comércio internacional.....	6
1. Introdução.....	6
2. Procedimentos de Avaliação da Conformidade e o comércio internacional.....	8
3. Vantagem competitiva.....	9
4. Marcas de conformidade.....	9
5. Reconhecimento mútuo - I.....	10
6. Reconhecimento mútuo - II.....	11
7. Conversando.....	12
8. Acordo de reconhecimento.....	13
9. ABNT e IRAM.....	14
10. Acordos de reconhecimento multilaterais.....	15
11. Confiança técnica entre Organismos de Avaliação da Conformidade.....	16
12. Peer evaluation - I.....	16
13. Peer evaluation - II.....	17
C. Encerramento da aula.....	19
<b>Encerramento do curso</b>	<b>20</b>
<b>Notas</b>	<b>21</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>22</b>
<b>Anexos</b>	<b>24</b>

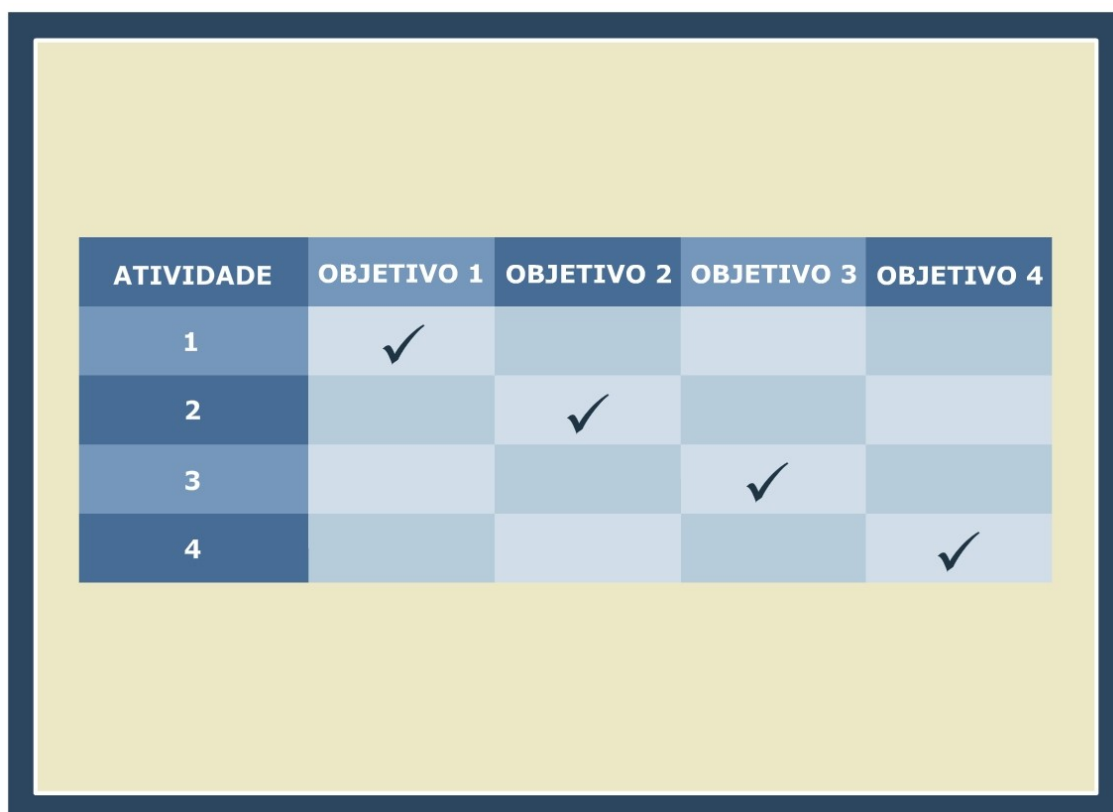
# 6ª aula

Objetivos da aula	5
Procedimentos de Avaliação da Conformidade e o comércio internacional	6
Encerramento da aula	19
Encerramento do curso	20

## A. Objetivos da aula

Ao final desta aula você terá aprendido a:

- Objetivo 1: listar marcas de Avaliação da Conformidade de terceira parte.
- Objetivo 2: listar os acordos de cooperação técnica entre o Inmetro e órgãos de outros países.
- Objetivo 3: listar fóruns internacionais dos quais o Inmetro participa.
- Objetivo 4: consolidar os conhecimentos sobre procedimentos de Avaliação da Conformidade.



ATIVIDADE	OBJETIVO 1	OBJETIVO 2	OBJETIVO 3	OBJETIVO 4
1	✓			
2		✓		
3			✓	
4				✓

Figura 1: Objetivos da aula

**As atividades que permitem atingir os objetivos listados acima estão no ambiente virtual de aprendizagem, de acordo com a Figura 1. Lembre-se de fazê-las ao longo dessa semana.**

## B. Procedimentos de Avaliação da Conformidade e o comércio internacional

### 1. Introdução

Veja as figuras a seguir que exemplificam a relação entre Avaliação da Conformidade e o comércio internacional.



Figura 2: Avaliação da conformidade no comércio internacional - Situação 1



Figura 3: Avaliação da conformidade no comércio internacional - Situação 2



Figura 4: Avaliação da conformidade no comércio internacional - Situação 3



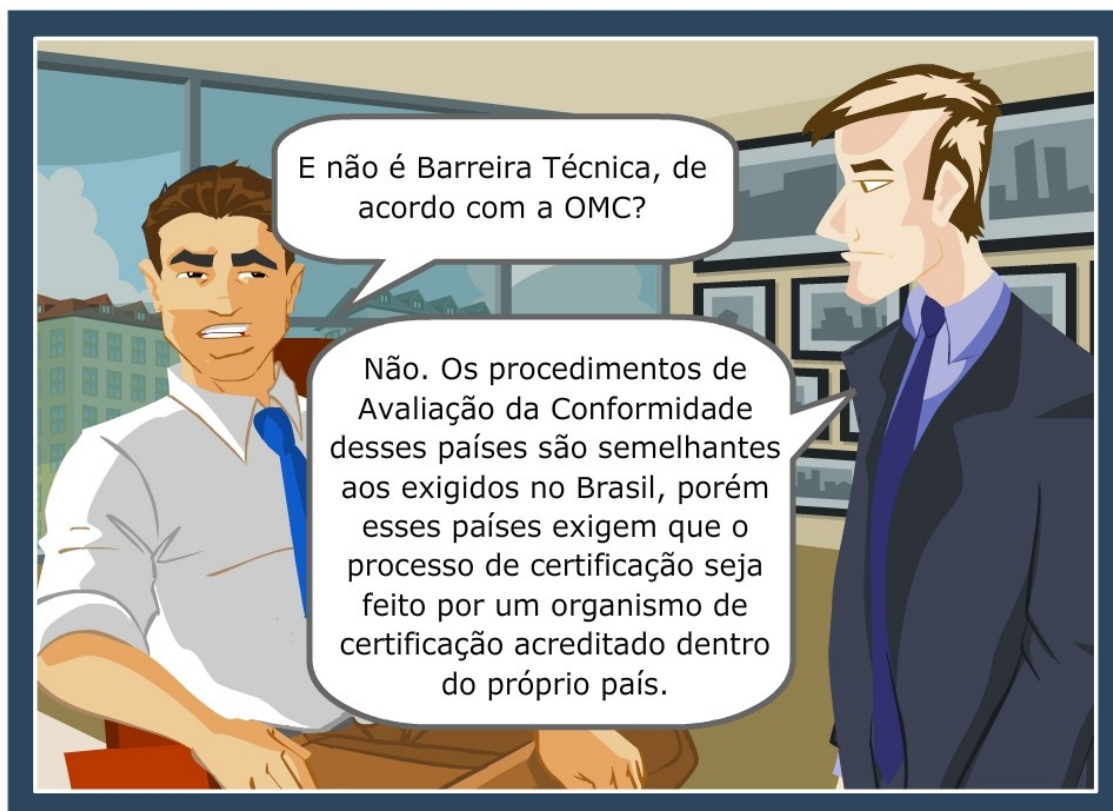


Figura 5: Avaliação da conformidade no comércio internacional - Situação 4

## 2. Procedimentos de Avaliação da Conformidade e o comércio internacional

Como vimos anteriormente, nas trocas comerciais entre países os procedimentos de Avaliação da Conformidade são utilizados tanto no âmbito obrigatório quanto no âmbito voluntário. No campo obrigatório, os organismos reguladores dos países utilizam essa ferramenta como forma de evidenciar o atendimento a requisitos legais. Já no campo voluntário, em que as trocas comerciais são baseadas na necessidade explicitada pelo cliente, os procedimentos de Avaliação da Conformidade também são utilizados como forma de evidenciar o atendimento aos requisitos do próprio cliente.

Dessa forma, a multiplicação das exigências de procedimentos de Avaliação da Conformidade é fato comum nas trocas comerciais entre empresas de diversos países. Esse fato resulta em custos adicionais que prejudicam a competitividade das empresas. Naturalmente, as empresas têm todo o interesse em que, uma vez submetido o seu produto/serviço ou o Sistema de Gestão a uma Avaliação



da Conformidade, os mercados de destino as aceitem sem lhe solicitar uma nova avaliação. Isso nem sempre é possível, seja porque um cliente do mercado de destino não conhece (e, portanto, não tem bases para confiar) no organismo de Certificação que efetuou o processo de Certificação (por exemplo), seja porque legalmente, esse organismo não é aceito pela autoridade reguladora do país de destino, por não ser acreditado no sistema nacional deste país.

### **3. Vantagem competitiva**

Em casos semelhantes ao do exemplo citado anteriormente, é comum que a principal dificuldade encontrada pela empresa fornecedora na obtenção dessas certificações seja o custo adicional. A empresa pode, inclusive, considerar vantajoso obter essa Certificação como uma maneira de melhor transmitir as qualidades do seu produto aos seus clientes. De fato, como diversas marcas de conformidade de Organismos de Certificação têm uma alta reputação no mercado é uma vantagem competitiva ter os seus produtos certificados por esses organismos.

O mesmo se dá em relação à Certificação dos Sistemas de Gestão da Qualidade ou de Gestão Ambiental. Em alguns casos, dada essa reputação do organismo de Certificação num dado mercado, é praticamente condição necessária ser por ele certificado. Isso se dá no campo voluntário e é, portanto, o mercado, quem estabelece qual é a Certificação necessária.

### **4. Marcas de conformidade**

Na atividade 1, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem, a leitura complementar do texto Marcas da Conformidade precisa de algumas atualizações. Veja a figura a seguir:

Referências do texto	Referências atualizadas
ISO/IEC Guide 2:1996	ISO/IEC Guide 2:2006
ISO/IEC Guide 22	ISO/IEC 17050-1 e ISO/IEC 17050-2
ISO/IEC Guide 25	ISO/IEC 17025
ISO/IEC Guide 61	ISO/IEC 17011
ISO/IEC TR 17010	ISO/IEC 17011
ISO/IEC Guide 62	ISO/IEC 17021
ISO/IEC Draft Guide 66	ISO/IEC 17021
<i>mark of conformity (for certification) protected mark, applied or issued under the rules of a certification system, indicating that confidence is provided that the relevant product, process or service is in conformity with a specific standard or other normative document.</i>	<i>third-party mark of conformity protected mark issued by a body performing third party conformity assessment indicating that an object of conformity assessment (product, process, person, system or body) is in conformity with specified requirements (ISO/IEC 17030)</i>

Figura 6: Atualização de referências do texto Marcas da Conformidade



Leia o anexo A: Blocos econômicos e regiões de livre comércio <sup>1</sup>

## 5. Reconhecimento mútuo - I

Como vimos anteriormente, a multiplicação de procedimentos de Avaliação da Conformidade nas trocas comerciais entre os países impacta diretamente na competitividade das empresas exportadoras.

O anseio das empresas que atuam no comércio internacional pode ser resumido na seguinte fórmula: uma só norma, um só ensaio, um só certificado, aceitos em todo o lugar. Todavia, esse objetivo não é fácil de alcançar e demanda muito esforço e investimento. Um caminho para atingi-lo, na relação entre dois países (nível bilateral), é o do reconhecimento mútuo.

Veja a figura a seguir:



Figura 7: Uma norma que seja aceita em todos os mercados é o anseio de todas as empresas que trabalham com exportação

## 6. Reconhecimento mútuo - II

Veja a figura da página a seguir:



Figura 8: Exemplo de reconhecimento mútuo

O reconhecimento mútuo é um acordo formal pelo qual um organismo aceita os resultados da atividade de outro organismo, considerando-os como se fossem seus e vice-versa.

## 7. Conversando

Os acordos de reconhecimento mútuo podem existir em diversos níveis. Podem ser no nível governamental, quando se referem ao campo regulamentar, no qual um Governo aceita os procedimentos de Avaliação da Conformidade efetuados para cumprir com a regulamentação do outro país como suficientes para atender à sua própria regulamentação.

Podem ser entre organismos acreditadores, estabelecendo que as organizações por eles acreditadas podem ser aceitas para efetuarem procedimentos de Avaliação da Conformidade nos processos conduzidos no âmbito do sistema do outro organismo acreditador. Veja o exemplo a seguir:

## 8. Acordo de reconhecimento

Em um hipotético acordo de reconhecimento mútuo entre o Inmetro - organismo acreditador brasileiro e o Enac - organismo acreditador da Espanha, um Organismo de Certificação espanhol poderia usar um laboratório de ensaios brasileiro acreditado pelo Inmetro no seu processo de Certificação e estaria atuando ainda de acordo com as regras de Acreditação espanholas.

Veja a figura a seguir:

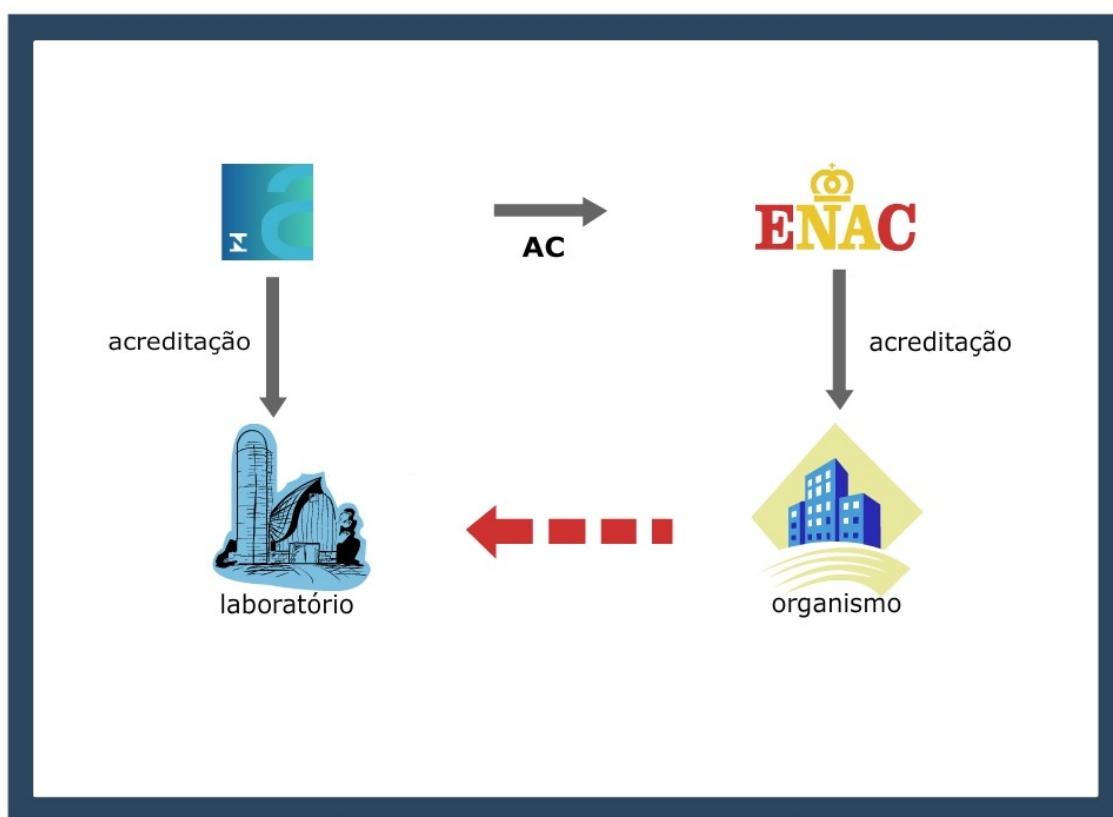


Figura 9: Exemplo da dinâmica de reconhecimento mútuo

## 9. ABNT e IRAM

Esses acordos podem também ser efetuados diretamente entre organismos certificadores, como, por exemplo, o acordo de reconhecimento mútuo para as certificações segundo as normas ISO 9000 entre a ABNT e o Instituto Argentino de Normalização e a Certificação - Iram, pelo qual uma empresa certificada pela ABNT pode obter o mesmo certificado emitido pelo IRAM sem necessidade de efetuar auditorias adicionais e vice-versa.

Veja a figura a seguir:

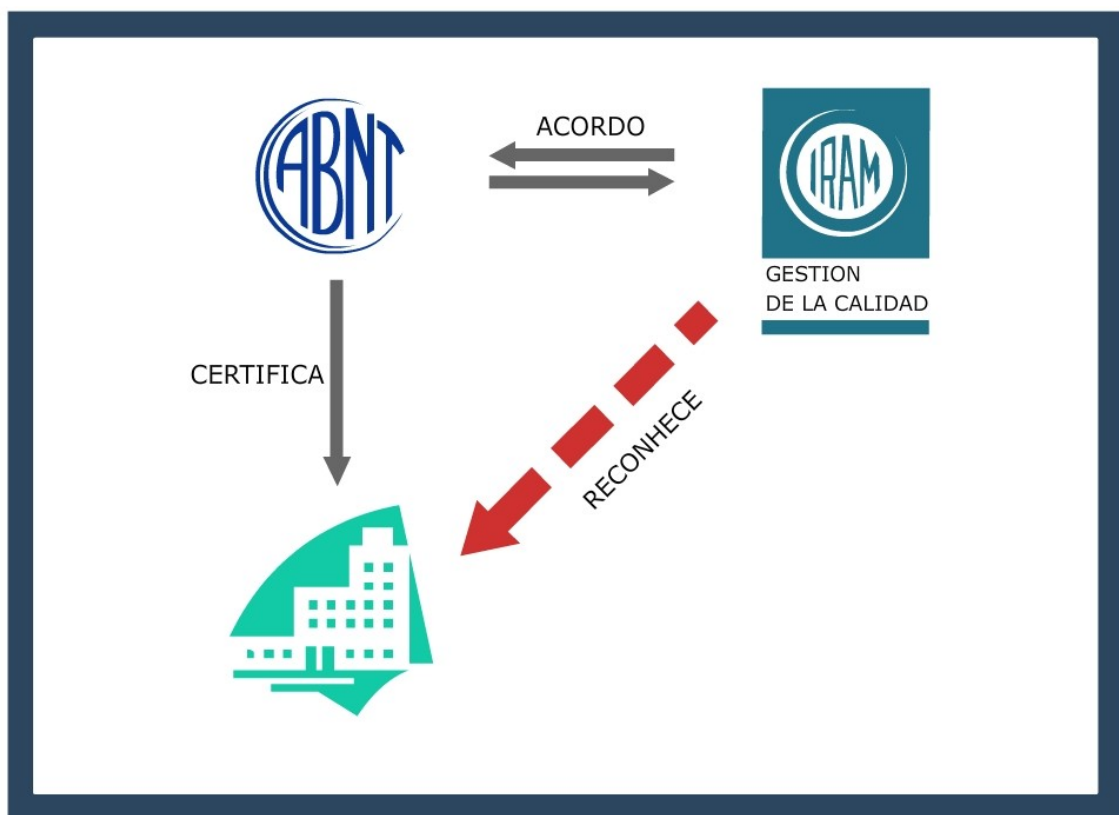


Figura 10: Objetivos da aula

## 10. Acordos de reconhecimento multilaterais

Acordos desse tipo podem ainda ser entre organismos de inspeção, entre laboratórios de ensaio (usualmente ensaio a ensaio) entre Organismos de Certificação de pessoas, enfim, entre organizações envolvidas nas atividades de Avaliação da Conformidade. O objetivo geral dos acordos de reconhecimento mútuo é facilitar a vida das empresas, eliminando avaliações redundantes e custosas.

Veja a figura a seguir:

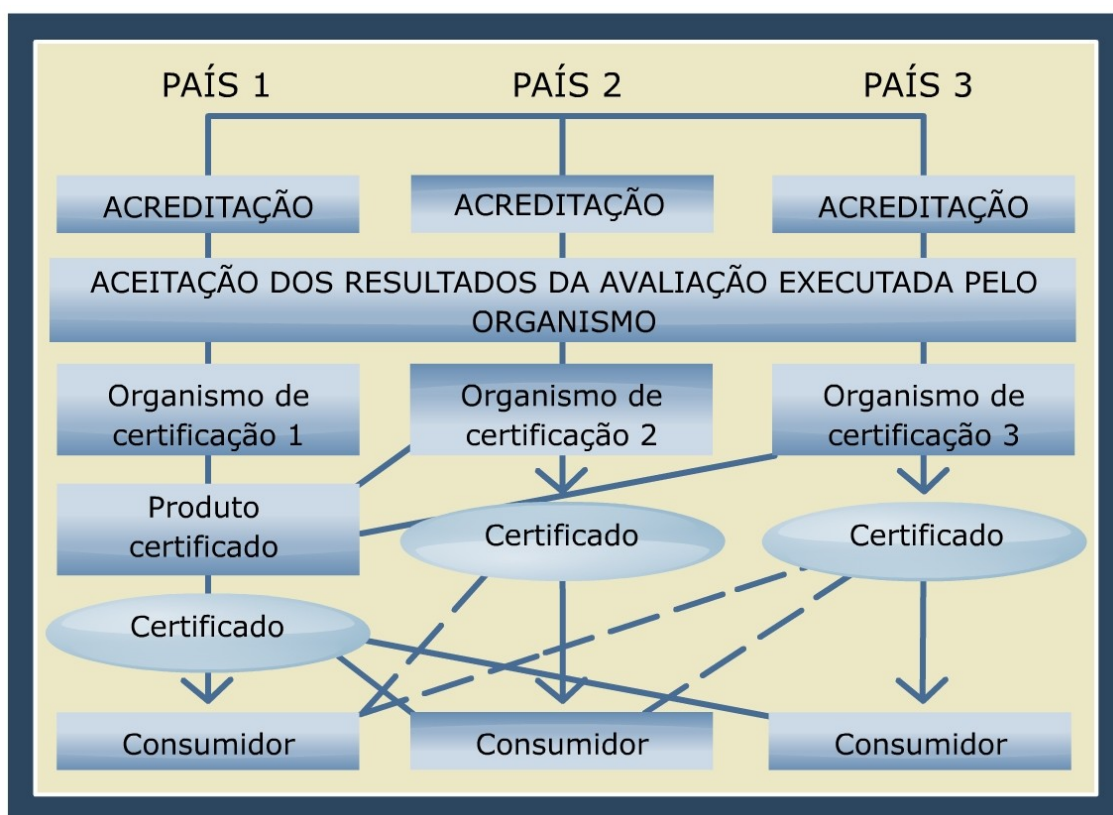


Figura 11: Acordo de reconhecimento multilateral

A figura exemplifica um acordo multilateral envolvendo três países.

O Organismo de Certificação 1 certifica o produto e emite um certificado que é reconhecido pelo consumidor do País 1; a certificação do produto pelo Organismo de Certificação 1 é reconhecida pelo Organismo de Certificação 2 e pelo Organismo de Certificação 3; os Organismos de Certificação 2 e 3 emitem seus próprios certificados que são reconhecidos pelo consumidor do País 2 e do País 3, respectivamente.



O que é fundamental ressaltar é que, para além da necessária vontade política de ambas as partes, o reconhecimento mútuo depende de confiança mútua entre elas, pois no fim, uma estará assumindo como sua, com a conseqüente assunção da responsabilidade, uma atividade que foi efetuada pela outra.

## **11. Confiança técnica entre Organismos de Avaliação da Conformidade**

A confiança técnica é construída por meio de ações de cooperação mútua, que dão a oportunidade aos intervenientes de se conhecerem e desenvolverem competências técnicas conjuntamente. Do mesmo modo, o fato de ambos os organismos estarem atuando e organizados sob os mesmos moldes e princípios, normalmente os estabelecidos pelas normas e guias internacionais, também confere confiança técnica. Finalmente, é usual que ambas as organizações submetam-se a avaliações e auditorias efetuadas pela outra parte, seja nos seus processos, seja no seu próprio Sistema de Gestão.

Os acordos de reconhecimento mútuo são uma das ferramentas mais importantes para a superação das barreiras técnicas.

## **12. Peer evaluation - I**

O processo de construção de um acordo de reconhecimento mútuo é um processo custoso. Ao se pensar em alcançar acordos de reconhecimento mútuo entre mais de dois intervenientes, se percebe que essa construção pode ser muito dispendiosa, tanto em recursos físicos quanto em tempo. Em particular, o processo de cada uma das partes avaliar e ser avaliada pelas outras pode, novamente, introduzir redundâncias e desperdício de recursos.

Veja a figura da página a seguir:

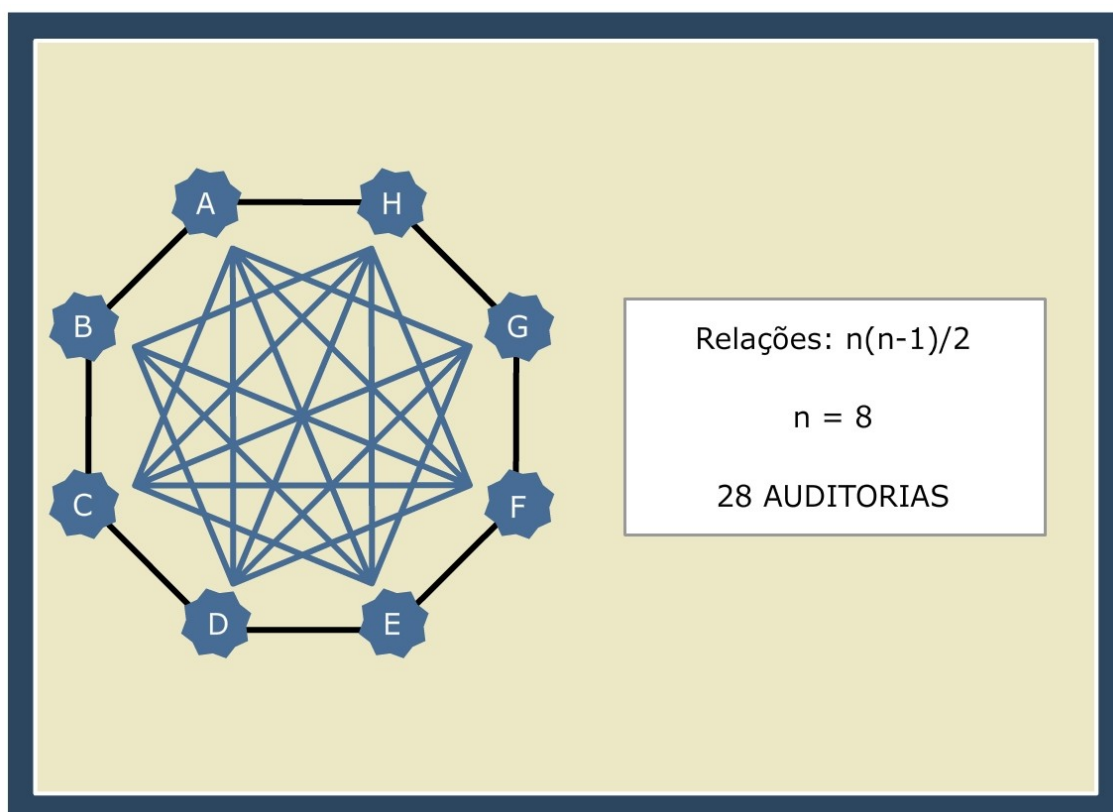


Figura 12: Exemplo do processo de reconhecimento mútuo utilizando o Peer evaluation - 1

Foi com o objetivo de se eliminar essa redundância que se desenvolveu o mecanismo de avaliação pelos pares (a chamada *peer evaluation*).

### 13. Peer evaluation - II

A utilização do mecanismo de *peer evaluation*, num processo multilateral, otimiza o dispêndio de recursos e tempo, assumindo que cada organismo somente será avaliado por uma equipe de membros de outros organismos integrantes da iniciativa de reconhecimento (os pares), escolhidos segundo algum processo e que os resultados da avaliação estarão à disposição de todos, enquanto os membros desse organismo serão designados necessariamente para avaliar pelo menos um outro membro da iniciativa.

Veja a figura da página a seguir:

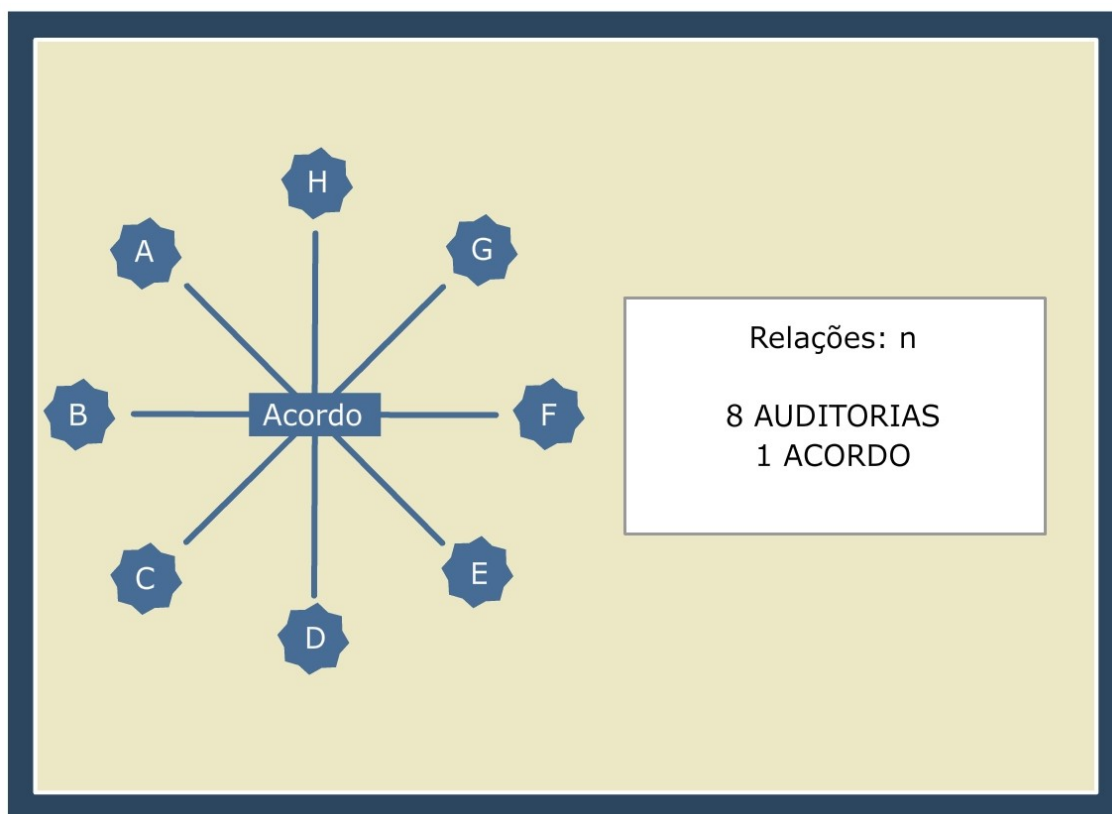


Figura 13: Exemplo do processo de reconhecimento mútuo utilizando o Peer evaluation - 2

Na figura acima, por exemplo, o Organismo A pode ser avaliado pelos Organismos G e H, e os resultados dessa avaliação são disponibilizados e aceitos pelos demais Organismos (B, C, D, E e F). Da mesma forma, o Organismo D é avaliado pelos Organismos A e C, e os resultados são aceitos pelos demais Organismos (B, E, F, G e H).

Assim, todos os organismos estariam sendo avaliados e os resultados conhecidos por todos e todos os organismos estariam também fazendo avaliações. Desta maneira pode-se reduzir radicalmente os custos dos processos multilaterais de reconhecimento mútuo.



Leia, em anexo, um texto sobre acordos multilaterais.<sup>2</sup>

## C. Encerramento da aula



# Encerramento do curso



# Notas

1

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Barreiras técnicas*: conceitos e informações sobre como superá-las. Brasília: MDIC, AEB, CNI, 2002.

2

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL; COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL. *Manual barreiras técnicas às exportações*: o que são e como superá-las. 2005.

# Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>> Acesso em: 20 fev. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 9000: sistemas de gestão da qualidade: fundamentos e vocabulário*. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO IEC 17000: avaliação de conformidade: vocabulário e princípios gerais*. Rio de Janeiro, 2005.

BRITISH STANDARDS INSTITUTION. Disponível em: <<http://www.bsi-global.com>> Acesso em: 20 fev. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Normalização: conhecendo e aplicando na sua empresa*. Brasília: CNI, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. *Guia de boas práticas de regulamentação*. Rio de Janeiro, 2007.

GARRIDO, Alexandre. *Técnicas de auditoria*. 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. *Tecnologia industrial básica: diretrizes para o setor de máquinas e equipamentos*. São Paulo: IPDMAQ, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. *Avaliação da Conformidade: diretoria da qualidade*. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL; COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL. *Manual barreiras técnicas às exportações: o que são e como superá-las*. 2005.



INTERNATIONAL ACCREDITATION FÓRUM. Disponível em: <<http://iaf.ch>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARTIZATION. Disponível em: <<http://www.iso.org>> Acesso em: 20 fev. 2009.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *Marcas de Conformidade - Marks of Conformity*. ISO. 1.ed. 1999.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF STANDARDARTIZATION;  
INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. *Certificação e atividades relacionadas*. 1995.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Coordenação de Política Tecnológica Industrial). *Programa tecnologia industrial básica e serviços tecnológicos para a inovação e competitividade*. Brasília: MCT, 2001.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM NACIONAL; INSTITUTO EUVALDO LODI. *Tecnologia industrial básica: trajetória, desafios e tendências no Brasil*. Brasília: MCT, CNI, SENAI/DN, IEL/NC, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Barreiras técnicas: conceitos e informações sobre como superá-las*. MDIC, AEB, CNI: Brasília, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Disponível em: <<http://www.wto.org>> Acesso em: 20 fev. 2009.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Disponível em: <<http://www.oecd.org>> Acesso em: 20 fev. 2009.

# Anexos

## Anexo A



### Blocos econômicos e regiões de livre comércio

**É hoje muito comum falar-se de blocos econômicos. Não existe, propriamente, uma definição para esta expressão, mas parece lógico pensar-se que um conjunto de países formam um bloco econômico quando agem juntos, em bloco, no cenário econômico internacional.**

Assim, podem ser definidos padrões de integração econômica entre países, podendo, em certos casos, compreender mais que uma região geográfica.

Estes padrões são geralmente referidos como etapas ou fases de um processo de integração, o que, no entanto, muitas vezes não é bem assim. Pode ocorrer que um conjunto de países permaneça com um nível mais baixo de integração, sem almejar aprofundá-la.

Normalmente, considera-se que o nível menos expressivo de integração econômica é o de uma região de livre comércio. Nele, os países baixam até zero as alíquotas dos respectivos impostos de importação para o comércio entre si, eliminando também eventuais quotas, que são limitações quantitativas à importação de certos produtos, mas podem mantê-las em relação a terceiros países.

Um grau maior de integração econômica é o das uniões aduaneiras. Neste caso, além de constituírem uma região de livre comércio, acertam a equalização das diferentes tarifas do imposto de importação com relação a terceiros países, estabelecendo uma tarifa externa comum.

Estes conceitos foram definidos quando os mercados nacionais eram protegidos, fundamentalmente, por tarifas de importação. Todavia, com a utilização de outras formas de proteção, eles têm que ser, de alguma forma, repensados. É muito claro dizer-se que se tem que reduzir a zero as tarifas de importação, mas quando se fala em eliminar outros tipos de entraves, a questão é muito mais complexa.

Tem-se ainda o conceito de mercado comum, que é um grau de integração mais profundo que o de união aduaneira. Para se ter um mercado comum, há que se garantir a livre circulação dos fatores de produção entre os países membros.

Quanto maior o nível de integração, maior a necessidade de uma orquestração política entre os seus membros. De certa forma, ao se construir um bloco econômico, ou mesmo uma região de livre comércio, haverá sempre necessidade dos países abrirem mão de uma parcela de sua soberania a favor de uma soberania comum. Graus mais profundos de integração apontam para a necessidade de um poder supra-nacional, uma vez que será necessário, nesses casos, definirem-se várias políticas públicas comuns.

De um modo geral, este tipo de iniciativa é liderado pelos governos, em busca de aumentar o comércio entre os países envolvidos no movimento de integração econômica.

Pode-se considerar que, de certa forma, tais iniciativas são contrárias ao multilateralismo, na linha do GATT e da OMC, porquanto podem tender a substituir barreiras nacionais por barreiras regionais.

Assim, e dado o crescimento da importância dessas iniciativas nas últimas décadas, na Rodada do Uruguai considerou-se necessário aprofundar entendimentos sobre o tema (Entendimento sobre a Interpretação do Artigo XXIV do GATT 1994), incluído no Anexo 1A ao Acordo de Marrakesh (ver Quadro II).

Tudo isso implica na necessidade de uma grande capacidade de negociação por parte dos países, que, por vezes, estão envolvidos em múltiplas frentes, o que resulta num esforço muito grande no sentido de dar coerência às posições nelas defendidas e fazê-lo de acordo com as políticas nacionais.

### União Européia



Após a 2ª Guerra Mundial, era fundamental reverter o antagonismo que ocasionara o conflito e, além disso, criar condições para uma reconstrução européia, ante a devastação sofrida pelos países europeus.

Em 1950, a França propôs à Alemanha Ocidental a constituição de um “pool” de produção de carvão e a criação de uma organização multinacional para controlá-lo.

Em 1951, foi estabelecida a Comunidade Européia do carvão e do aço, incluindo França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

Em 1957, com o Tratado de Roma, é criada a Comunidade Econômica Européia – CEE, integrada pelos mesmos seis países que compunham a comunidade do carvão e aço, a qual deu origem, mais tarde, à União Européia, com a progressiva adesão de vários outros países.

O tratado de Roma, desde o seu início, teve como objetivo a construção de um mercado comum, tendo sido previsto e estruturado um poder supra-nacional, com suas três vertentes: executivo (Comissão Europeia), legislativo (Parlamento Europeu) e o judiciário.

O processo foi avançando e, paralelamente, empreendia-se um outro esforço de integração – a European Free Trade Association – EFTA – que, como o nome indica, almejava a criação de uma região de livre comércio, sendo, portanto, muito menos ambiciosa que a CEE.

Paulatinamente, os países da EFTA foram passando para a CEE e o que era a “Europa dos Seis”, de início, passou a ser a “Europa dos Nove” e, com a continuação de adesões à CEE, o processo continuou avançando até à situação atual.

As políticas regionais foram, aos poucos, sendo delineadas: política industrial europeia, política agrícola europeia (a chamada Política Agrícola Comum – PAC), etc. Num processo altamente complexo, com erros e acertos, o processo de integração avançou muito. O Tratado de Maastricht deu as bases para um adensamento desta integração, propiciando o advento da União Europeia, inclusive com a criação do euro, moeda europeia, que, todavia, ainda não foi adotada por todos os 15 países membros.

As leis comunitárias valem para todos os Estados Membros. Os Regulamentos Europeus incorporam-se, automaticamente, à legislação de cada país membro, ao passo que as Diretivas Europeias permitem, ao ser internalizadas, a elaboração de legislação de transposição. Mas todos os Estados Membros são obrigados a cumpri-las.

### Mercosul

Apesar do nome referir-se a mercado comum, o MERCOSUL almeja ser, por enquanto, uma União Aduaneira. Todavia, as dificuldades decorrentes das assimetrias entre as economias dos países da região têm dificultado por demais este processo. A Tarifa Externa Comum do MERCOSUL tem muitas exceções, e existem múltiplas dificuldades a serem contornadas.

Dada a configuração do bloco, é praticamente impossível pensar-se em algum esquema de supranacionalidade, razão pela qual tem havido necessidade de um grande esforço de negociação em busca de consensos, não se logrando, todavia, estruturar políticas comuns, como seria desejável.



Nas negociações da ALCA, o MERCOSUL tem-se apresentado como um bloco, com voz única. De forma similar, no processo de negociação de uma zona de livre comércio com a União Européia, o MERCOSUL tem negociado de forma monolítica, caracterizando uma negociação inter-blocos.

A estrutura do MERCOSUL, já prevista no Tratado de Assunção que o criou, conta com o Conselho do Mercado Comum – CMC, com representação ministerial de cada país e do qual participam, por vezes, os chefes de governo. Abaixo dele, existe um grupo com caráter executivo, o Grupo Mercado Comum – GMC, sob o qual se vinculam os comitês e grupos de negociação de caráter mais técnico ou operacional. As decisões do CMC e as Resoluções do GMC devem ser internalizadas pelos quatro Países Membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

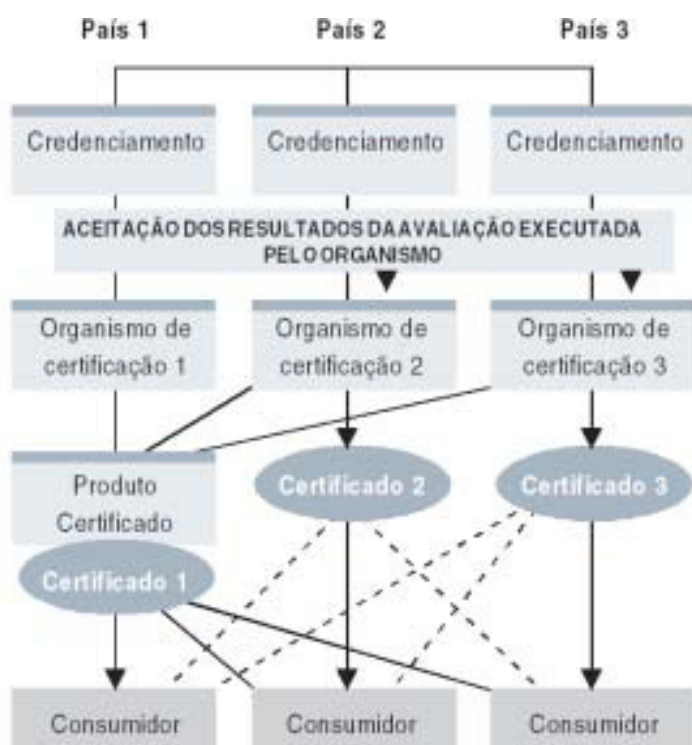


Tem-se falado da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – como um bloco, ou um futuro bloco, mas isso não é propriamente adequado. De fato, a idéia da ALCA é a de uma zona de livre comércio, não mais do que isso. Mas nas negociações em curso, além das questões tarifárias, estão sendo tratados diversos outros aspectos que afetam muito os fluxos de comércio. Temas como propriedade intelectual, barreiras técnicas, salvaguardas, etc., estão sendo considerados nos grupos de negociação. É um processo complexo, em que se necessita sempre de fazer o contraponto com os acordos da OMC.

Não existe a perspectiva de se ter, num futuro relativamente próximo, qualquer coisa como políticas comuns, mas é claro que a eliminação de obstáculos ao comércio entre os países da região pan-americana pode ter profundas conseqüências na vida de cada um dos países e, em particular, do Brasil.

O ponto crítico do processo de negociação em curso é, exatamente, avaliar as conseqüências futuras de cada questão negociada, de cada ponto acordado. Seguramente, serão necessárias análises setoriais e específicas para que se possa negociar com base em dados reais, e não com meras suposições.

## Anexo B



### Acordos multilaterais

Acordos multilaterais são aqueles que envolvem mais de dois membros. Conforme se discutiu no capítulo relativo ao reconhecimento mútuo (capítulo 11), os acordos multilaterais também podem se desenvolver em diversos níveis, mas os mais importantes são,

de fato, os que tratam de acordos entre governos, os entre organismos acreditadores e os entre organismos de certificação. Já se viu a complexidade que pode envolver um acordo multilateral de reconhecimento mútuo. Contudo, os processo de integração econômica e de livre comércio tornam-nos imperativos.

Efetivamente, as iniciativas comerciais que envolvem diversos países, como a UE e o Mercosul, criam ou aceleram dinâmicas comerciais que estimulam a construção de acordos multilaterais envolvendo a prevenção ou a eliminação de eventuais barreiras técnicas.

Os acordos multilaterais tanto podem ser firmados no âmbito governamental, ou regulamentar, quanto no âmbito voluntário, neste caso envolvendo organismos de acreditação ou de certificação ou laboratórios ou ainda outros intervenientes nas atividades de avaliação da conformidade.

Os acordos firmados no âmbito regulamentar são negociados pelos Governos, com o propósito de eliminar barreiras técnicas, e o seu cumprimento é obrigatório por todos os estados membros do acordo. Assim, um produto abrangido por um acordo desse tipo e que tenha cumprido com todos os requisitos regulamentares, inclusive aqueles previstos no acordo, tem assegurado o livre trânsito nos mercados dos demais países signatários do acordo. Um exemplo deste tipo de acordo é o Acordo entre os Estados Unidos e a União Européia acerca dos equipamentos de telecomunicações, pelo qual se estabeleceu aceitação mútua dos resultados de ensaios e certificações, necessários para as homologações regulamentares nos respectivos países.



Os acordos no âmbito voluntário são negociados por iniciativa dos seus integrantes, com o propósito de promover a aceitação recíproca dos resultados das suas atividades por partes dos mercados de sua atuação. Já se falou sobre a complexidade que está ligada à concretização de acordos desse tipo. Com o propósito de promover esse tipo de acordos têm sido criadas organizações específicas, tanto nos âmbitos regionais quanto nos internacionais.

Exemplo dessas organizações são:

- o IAF – Fórum Internacional de Acreditadores, que reúne os principais organismos acreditadores de organismos de certificação do mundo
- a ILAC – Cooperação Internacional para a Acreditação de Laboratórios, abrangendo laboratórios de ensaios e de calibração
- o CIPM – Comitê Internacional de Pesos e Medidas, que envolve iniciativas para o reconhecimento mútuo de padrões nacionais de medida e dos certificados de calibração e medição emitidos pelos Institutos Nacionais de Metrologia
- a OIML – Organização Internacional de Metrologia Legal, que estabeleceu um acordo de reconhecimento mútuo de certificados de equipamentos de medição, entre outros.

O Brasil participa ativamente destas organizações, representado pelo INMETRO.

Todas estas organizações têm como objetivo central promover a realização de acordos de reconhecimento mútuo, a cooperação e a aceitação internacional das atividades de avaliação da conformidade, dentre outras atividades. Resultados importantes já foram alcançados por estas iniciativas, inclusive com a participação do Brasil nesses acordos. Sem se ser exaustivo, pode ser citado o acordo multilateral para a aceitação da certificação de sistemas de gestão da qualidade segundo as normas ISO 9000 firmado no âmbito do IAF.

Outras organizações também têm se envolvido na promoção de iniciativas de cooperação ou assistência técnica com o propósito de possibilitar e impulsionar os acordos de reconhecimento mútuo. Podem ser citadas as:

- Organização Mundial do Comércio, onde o assunto tem sido abordado na revisão trienal do Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio, já mencionado
- OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
- Banco Mundial

De igual modo, no âmbito regional também existem iniciativas e organizações da mesma natureza, como: a EA – a cooperação europeia para a acreditação; a EOTC – a organização europeia para a certificação e os ensaios; e a IAAC – Cooperação Interamericana em Acreditação e outras. Essas organizações constituem as bases e as referências para os acordos multilaterais de reconhecimento.